Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Conversão em pecúnia de férias de magistrados, quando impossível a sua fruição — pareceres a respeito do Pedido de Providências nº 20071000001131-0 (CNJ)

CLASSE: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS
PROCESSO Nº: 20071000001131-0
RELATOR: CONSELHEIRO ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JÚNIOR
REQUERENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS – TJDF
REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO: CONVERSÃO DE FÉRIAS EM PECÚNIA – MAGISTRADOS

CONSULTA. CONVERSÃO EM PECÚNIA DE FÉRIAS DE MAGISTRADOS ATIVOS NÃO GOZADAS. 1. NATUREZA HIGIÊNICA DO INSTITUTO DAS FÉRIAS. PRIORIDADE DE FRUIÇÃO. INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. As férias justificam-se pela necessidade fisiológica e psicológica de um período prolongado de repouso para os exercentes de atividade contínua. Neste contexto as férias dos magistrados atendem tanto ao interesse individual quanto ao interesse da Administração da Justiça e à própria sociedade que necessitam de agentes públicos em pleno gozo de saúde física e mental para o satisfatório desem-

penho das atividades jurisdicionais. Por tal razão, a regra legal proibitiva de acúmulo de mais de dois períodos de férias dos magistrados volta-se à direção dos tribunais que haverá de assegurar a fruição periódica e sem retardamento dos períodos de férias adquiridos. **2. CONVERSÃO EM PECÚNIA DO DIREITO ÀS FÉRIAS. EXCEPCIONALIDADE EXCLUSIVAMENTE POR IMPERIOSA NECESSIDADE DO SERVIÇO. LICITUDE.** Desde que caracterizada a absoluta impossibilidade material de fruição exclusivamente por necessidade imperiosa de continuidade da prestação dos serviços jurisdicionais e havendo disponibilidade financeira e orçamentária, é regular a indenização pecuniária, em caráter excepcionalíssimo, das férias dos magistrados que não puderem ser fruídas até o momento em que, por qualquer razão, deixem de pertencer ao quadro de magistrados ativos. Abusos na conversão pecuniária das férias de magistrados sujeitam as autoridades ordenadoras das respectivas despesas à responsabilidade civil, administrativa e penal, conforme o caso. Consulta conhecida e respondida, quanto à primeira indagação, negativamente e, em termos, favoravelmente às demais indagações formuladas.

1. Relatório

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS — TJDF, pela voz de seu presidente, encaminha consulta em torno da possibilidade de conversão em pecúnia de férias de magistrados, quando impossível a sua fruição.

Em se tratando de mera consulta fundada na dúvida entre a observância da jurisprudência recente do CNJ e a revogação da Resolução nº 25/2006, que autorizava a mencionada conversão, e considerando ser desnecessária qualquer dilação probatória, solicitei a imediata inclusão do feito em pauta.

Após a prolação do voto, respondendo negativamente à primeira indagação e positivamente às demais indagações, houve sucessivos pedido de vista e apresentação de declarações de voto divergentes e convergentes.

O conselheiro José Adonis divergiu parcialmente de meu entendimento. Para o ilustre conselheiro:

- A revogação da Resolução nº 25/2006/CNJ traduz mudança de orientação do Conselho quanto ao direito dos magistrados à conversão;
- O tema não se situa no campo da licitude, mas da legalidade. Benefícios são apenas aqueles expressamente previstos na legislação;

- Conversão significa negar a necessidade do benefício na extensão da lei (Lei Complementar nº 35/79, art. 66), fortalecendo o argumento favorável à redução das férias dos magistrados.

Manifestou-se o conselheiro no sentido de responder **negativamente** às três indagações formuladas na consulta, acompanhando-me apenas quanto à primeira resposta dada no voto original.

Em sessão subsequente, pediu vista o conselheiro Joaquim Falcão que também exprimiu sua voz divergente. Analisou primeiramente a questão da necessidade e conveniência do CNJ conhecer de pedidos de consulta, em razão da inexistência de previsão regimental expressa.

Também questionou, preliminarmente, a natureza vinculativa da eventual resposta do Conselho nestes casos e os sujeitos que estarão vinculados. Sendo a resposta decorrente de decisão monocrática — relembra o conselheiro o debate realizado pelo Plenário —, ela deverá vincular estritamente as partes do processo. Sendo a resposta proveniente do Plenário, terá caráter geral, abstrato, vinculante e exigível, seja ela permissiva ou impositiva. Lembra que meu voto se deu em sentido permissivo (pagamento das férias em dinheiro NÃO se impõe, se faculta). Entretanto, a administração pública tem seus atos vinculados, não tem liberdade de agir; seus poderes são *poder-dever*. Dizer que pode fazer é dizer que deve fazer. O CNJ estará afirmando, através de uma resposta-norma, que esse pagamento é legal.

Lembrou que consultas são muito mais instrumentos de administrar que de julgar: “transformar sempre em questões de legalidade o que no fundo é apenas opção administrativa é um risco, *data vênia*, a evitar”, assinalou o experiente conselheiro.

Entendeu que a Resolução nº 25/2006/CNJ havia sido revogada por três razões:

- a) “porque permitia o pagamento a magistrados de valores além dos limites taxativos da Loman e, por não ser suficientemente clara, sem nenhum estudo financeiro que lhe sustentasse, teria provocado uma demanda excessiva por pagamento por parte dos magistrados que prefeririam receber parte de seus sessenta dias de férias em dinheiro”;
- b) pela propositura de ação direta de inconstitucionalidade contra a Resolução do CNJ por estar o Conselho legislando em matéria sobre a qual não teria competência, matéria restrita à Lei Federal, e porque, para o Poder Público, tudo que não está permitido está proibido. A Resolução criaria benefícios que a Loman, sendo taxativa, não permitiria, e

- c) porque a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é absolutamente clara e contrária ao que determinou a resolução.

Por fim, aproveitou o conselheiro para contextualizar a questão no cenário político nacional, fazendo referência a diferentes projetos de lei, em especial o do senador Eduardo Suplicy, que visam a reduzir de 60 para 30 dias a duração das férias anuais dos magistrados. Conclui não ser prudente que o CNJ assuma tamanha modificação da sistemática das férias dos magistrados por meio de uma resposta a uma consulta. Ao final, conhece parcialmente do pedido de consulta, acompanhando meu voto em relação ao primeiro item da consulta e não conhecendo quanto aos demais. Quanto ao mérito, acompanhou a divergência iniciada pelo conselheiro José Adonis.

Em seguida, proferiu seu voto o conselheiro João Oreste Dalazen, acompanhando, inteiramente, o voto divergente inaugural.

Cabe também assinalar que o tribunal requerente, enquanto pendia pedido de vista regimental do conselheiro Mairan Maia, pretendeu desistir do objeto da consulta (REQAVU54), mas o Plenário, por maioria, não admitiu tal recuo àquela altura do julgamento (CERT57).

O conselheiro Mairan Maia acompanhou o relator apenas na resposta dada à primeira das indagações compositoras da presente consulta.

Quanto às demais perguntas, inicia relembando os precedentes do Conselho sobre a matéria, agregando, aos aqui salientados, a convergente decisão proferida no PP 546 (rel. Paulo Schmidt). Acrescenta a existência de precedente do STF desfavorável à tese do voto condutor do relator (AO 499, rel. Maurício Corrêa) e termina enfatizando “que a proibição de acúmulo de férias que a Loman prevê é o modo de forçar o Tribunal a conceder as necessárias férias ao Juiz e, desta forma, protegê-lo de indevidas arbitrariedades. Incumbe na verdade aos Tribunais possibilitar ao magistrado a fruição de suas férias, sem impor ao Juiz o ônus de solver o problema de excesso de processos”.

O conselheiro Altino Pedrozo, por seu turno, alinhou-se à divergência, em declaração de voto escrita, mas, na esteira do que também sustentou o conselheiro Mairan Maia, entendeu como juridicamente viável a concessão de férias acumuladas além do limite legal expresso na Loman por não se poder lesar o magistrado em virtude de dificuldades da administração pública de cumprir a lei.

Acompanharam este relator os conselheiros Felipe Locke, Paulo Lôbo, que proferiram votos orais, e Rui Stoco, que ofereceu voto escrito em que, em síntese, defende a indenizabilidade das férias quando, por necessidade de serviço, se torne impossível seu gozo. Ainda não votaram nem decla-

raram voto os conselheiros Ásfor Rocha, Andréa Pachá, Jorge Maurique e Marcelo Nobre.

A audiência das diversas manifestações dos ilustres conselheiros já votantes conduziu-me à nova reflexão e daí a reformulação do meu voto, procurando sintetizar e conciliar as preocupações das posições antagônicas externadas.

2. Fundamentação

1. *Conhecimento*

A temática versada nesta consulta alcança a magistratura nacional como um todo, tendo contribuído para um estado de certa perplexidade e insegurança algumas decisões deste Conselho que chegou a regulamentar a matéria em diversas resoluções (Resoluções nºs 13/2006, art. 8º, I, alínea *e*, 23/2006 e 25/2006), depois revogou as resoluções atinentes ao tema em dezembro/2006 (Resolução nº 27/2006) e, em aparente consonância com as normas revogadas, reafirmou o direito à conversão pecuniária das férias posteriormente à edição da resolução revocatória, ao convalidar ato de pagamento indenizado de férias de magistrado aposentado (PP 958, Cláudio Godoy, j. 9-5-2007).

Doutro lado, grassavam dúvidas quanto à situação dos juízes aposentados com férias não gozadas e quanto à perda do próprio direito de gozo na ocorrência de acúmulo de férias além de dois períodos de 30 dias, em alusão ao alcance hermenêutico da regra estatuída no art. 67, § 1º, da Loman.

Tal estado de confusão em torno da matéria anima e impõe o conhecimento desta consulta, de objeto transcendental aos interesses localizados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Dela **conheço**.

2. *Mérito*

São formuladas ao Conselho as seguintes indagações:

- Magistrados que requereram conversão de férias à luz da Resolução n. 25/2006/CNJ e perceberam os valores pertinentes estão sujeitos à devolução das quantias?
- Magistrados que requereram a conversão de férias em pecúnia à luz da Resolução n. 25/2006/CNJ e que não perceberam os valores, dada a revogação

operada pela Resolução n. 27/2006/CNJ, fazem jus ao recebimento das referidas quantias?

— Magistrados que não postularam a conversão de férias, mas que possuem, atestadamente, férias não gozadas por necessidade de serviço, fazem jus à conversão, embora não mais prevista da resolução do CNJ?

Antes de adentrar nos questionamentos específicos, mostra-se-me útil uma breve recapitulação da questão alusiva à conversibilidade em pecúnia das férias dos magistrados não gozadas, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

O precedente que marcou a jurisprudência deste Conselho foi, indubitavelmente, o resultante do julgamento do PP 759, onde o Conselho resolveu

conhecer da consulta e, por maioria, respondê-la no sentido de reconhecer aos magistrados o direito à conversão, em pecúnia, das férias não usufruídas — proporcionais ou integrais — com 1/3 quando da aposentadoria ou quando acumulados mais de dois meses no interesse do serviço, calculada com base na remuneração ou subsídio do mês de pagamento, sem a incidência de imposto de renda, em face da sua natureza indenizatória, nos termos do voto médio proferido pelo Conselheiro Relator Paulo Schmid (conf. Certidão de Julgamento realizado em 26-9-2006, disponível no sítio www.cnj.jus.br).

Em seu voto, consignou o relator, conselheiro Paulo Schmidt, que a imprevisão de indenização de férias não gozadas no texto da Loman não significava que se a considerasse ilícita, fosse (i) porque o elenco taxativo das vantagens dos magistrados (Lei Complementar nº 35/79, art. 65) não inibia a existência de reparações, de natureza evidentemente indenizatória, fosse (ii) porque a garantia de tal conversão em pecúnia acabava por evitar o abominável enriquecimento sem causa a favor da administração dos tribunais e em detrimento do magistrado sacrificado, ou seja, ainda que movida por altíssimo interesse público, a administração imolaria direito subjetivo insuprimível dos magistrados.

O raciocínio desenvolvido pelo então relator e acolhido pela maioria em Plenário pode ser assim resumido: desde que frustrada a fruição das férias por imperiosa necessidade da continuidade dos serviços jurisdicionais e desde que inexistentes limitações orçamentárias, estaria no juízo discricionário da administração de cada tribunal postergar o período de gozo para momento mais oportuno ou, sendo remota a perspectiva de gozo, indenizá-las.

Como argutamente indicou o ora consulente, a orientação foi, inclusive, reiterada na apreciação plenária do PP 958, ocorrida em maio/2007, portanto após a revogação da resolução autorizadora da indenização das férias não gozadas.

A primeira pergunta que fica no ar e nas entrelinhas da consulta formulada é: o CNJ, ao editar e, em seguida, revogar a Resolução nº 25, que regulamentava a matéria, refluíu da posição fixada no referido PP 759?

Embora sem procuração dos componentes da composição anterior, o estudo da jurisprudência do Conselho após o PP 759 permite que se responda negativamente à pergunta.

Não houve nenhum julgamento posterior para propiciar revisão de entendimento. O Colegiado, simplesmente, refluíu na constatação da necessidade de regulamentar a matéria por resolução, deixando ao alvitre de cada tribunal, dentro de sua autonomia administrativa e financeira e do elevado senso de responsabilidade de seus dirigentes, sujeitos a múltiplos mecanismos de controle (inclusive por este Conselho), gerir a questão das férias acumuladas de seus juízes da maneira que reputar mais adequada. A percepção do áudio da sessão em que se deliberou pela revogação da aludida resolução confirma-o: propôs-se simplesmente a revogação, sem lastro em qualquer novo processo sob a atenção do Conselho.

É importante, ainda, frisar que a revogada resolução cogitava de uma presunção absoluta de direito à conversão das férias acumuladas em pecúnia até a data de sua publicação, independentemente da efetiva verificação da necessidade imperiosa do serviço (Resolução nº 25/2006, art. 1º, parágrafo único),¹ diferentemente do que restou explicitamente registrado no voto condutor do veredito proferido no PP 759. Ou seja, a norma abstrata, inspirada em julgamento de caso concreto, extrapolou a linha de entendimento neste esposada.

Trocando em miúdos, permitia a norma revogada que qualquer juiz recebesse indenização de férias ainda que o seu não gozo tivesse decorrido de reles desinteresse seu, exilando uma das premissas fático-jurídicas primordiais assentadas no acórdão pioneiro: a submissão da hipótese indenizatória a situação de imperiosa necessidade de serviço.

¹ “Os períodos de férias acumulados até a data de publicação desta resolução ficam reconhecidos como não gozados por imperiosa necessidade de serviço, passíveis de conversão em pecúnia na medida da disponibilidade orçamentária e financeira dos Tribunais.” Texto muito similar era encontrado no parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 23/2006, que omitia apenas a limitação orçamentária e financeira das cortes.

Conciliadas as posições do Conselho Nacional de Justiça, em sua jurisprudência recente, resta agora debruçar, de modo mais abrangente, sobre o problema não da indenização das férias de magistrados, mas da gestão de sua fruição. Afinal, é na má qualidade de tal gestão — má qualidade por dificuldades justificáveis ou por desorganização ou por apego a costumes administrativos arraigados — que se origina boa parte dos cenários fomentadores de hipóteses de conversão pecuniária das férias de juízes.

Logo, em sendo o Conselho Nacional de Justiça, prioritariamente, órgão de formulação de políticas e diretrizes nacionais para a administração pública no âmbito do Poder Judiciário, seria incompleta qualquer análise do problema que não passasse pela avaliação e conformação das atividades de planejamento e gerenciamento das férias dos magistrados pelos tribunais.

O quadro, obviamente, tornou-se mais delicado com a saudável abolição das férias coletivas nos órgãos de primeiro e segundo grau de jurisdição (CF, art. 93, XII): a necessidade de continuidade da atividade jurisdicional inibiu a possibilidade de concentração dos períodos de fruição nos meses de janeiro e julho (embora não se desconheça, empiricamente, que o problema do acúmulo das férias já rondava o Judiciário nacional antes da inovação constitucional).

A questão que se põe, pragmaticamente, é: as férias de 60 dias são realmente necessárias? Não nutro dúvida quanto à sua imprescindibilidade e — tenho certeza — esta opinião é compartilhada por toda magistratura nacional, a começar pelo ministro Gilmar Mendes, que reiterou opinião neste sentido durante sua sabatina no Senado Federal, dentro do *iter* procedimental constitucional para sua nomeação para o cargo de presidente deste Conselho, ao ser indagado pelo senador Eduardo Suplicy, autor de proposição legislativa para redução da vantagem. A sabedoria da conquista, no século XIX, dos direitos sociais, incluindo as férias, não pode ser desprezada nem tampouco a existência de um regime especial para algumas carreiras de Estado, pelo esforço exigido e pelo alto nível de estresse que suas atividades geram.

Tem-se estudado intensamente, no âmbito da ciência da administração e dos recursos humanos, sobre a capacidade humana de produzir com qualidade. Tanto melhor será a produtividade quanto mais o homem puder intercalar atividades diferentes na sua vida quotidiana, variá-las, de forma que a interrupção da atividade principal passe a ser absolutamente necessária para a saúde mental e física do homem. Com isso, conclui-se que, mesmo que não seja de sua vontade, ou que haja necessidade institucional premente, deve o homem interromper o curso de seu trabalho para que possa a ele retornar

renovado, mais disposto e, quem sabe, mais criativo.² A regra, portanto, da fruição das férias deve ser mantida em sua máxima extensão, para a própria saúde e higiene mental dos magistrados.

Nesta perspectiva, se as férias com duração anual dilatada são imprescindíveis para os magistrados, é no mínimo contraditório banalizar a hipótese de indenização das férias não fruídas. Uma coisa é negar a fruição em casos onde a presença do magistrado beneficiário seja absolutamente imprescindível, como se dá nos períodos de exercício de cargos diretivos (Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria dos tribunais) ou nas fases críticas do processo eleitoral.

Todavia, na esteira das ponderações dos conselheiros Mairan Maia e Altino Pedrozo discrepantes, no ponto, do voto divergente inaugurado pelo Conselheiro José Adonis, a constatação de inevitabilidade da acumulação de férias sem gozo em situações esporádicas e excepcionais não deve conduzir à conclusão no sentido da perda do direito às férias, sugerida pelo Tribunal de Contas da União, em interpretação literal e isolada do disposto no § 1º do art. 67 da Loman (acumulação de mais de dois períodos vencidos sem fruição), mas, sim, pela simples postergação para momento oportuno (após o fim do mandato nos cargos diretivos dos tribunais, durante as “entressafras” do processo eleitoral ou após o desligamento das funções eleitorais exercidas por juiz de direito ou federal), ficando a indenização para os casos extremos de impossibilidade material de fruição de tal benefício precioso (aposentadoria compulsória, por invalidez ou voluntária, morte, exoneração ou perda do cargo por condenação judicial).

Para viabilizar a fruição das férias, no entanto, é preciso profunda mudança nos hábitos administrativos dos tribunais. É muito bom quando se podem conciliar os interesses pessoais do magistrado com os interesses maiores da administração dos tribunais, mas, no impasse, não pode haver alternativa possível que não seja a de privilegiar o interesse da administração.

Assim, cabe a cada tribunal gerenciar o agendamento das férias dos magistrados, mediante critérios objetivos (a precedência do direito de opção da época pela antiguidade na carreira parece ser uma prática disseminada e que não gera maiores distúrbios), abrindo prazo, com razoável antecedência, para que cada magistrado indique suas épocas preferenciais, devendo as cortes, especialmente naqueles casos de quadros mais exíguos de juízes, estipular os

² MASI, Domenico de. *O ócio criativo*. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

termos iniciais e finais possíveis dos lapsos temporais de gozo (módulos de 30 dias), o que certamente permitirá que haja o menor número imaginável de conflitos. E, onde surgir impasse, pela existência de concorrentes ao mesmo período em número comprometedor da continuidade da prestação jurisdicional, deve a administração determinar os períodos de fruição dos magistrados preteridos, ainda que contra sua vontade, que há, insisto, de ceder diante do interesse legítimo da administração em manter regular a situação de fruição dos descansos legais de seus juízes, evitando assim a criação de estoques artificiais de férias sem gozo.

Se é realmente defensável, como se assinalou aqui e em todos os votos já proferidos, o direito às férias de 60 dias, não há situação dramática, como aquela relatada pela Presidência do tribunal de maior movimentação forense do país — TJ-SP, que justifique a imolação do direito de fruição das férias dos magistrados. Se insuficiente o número de substitutos (no segundo grau a substituição só é cogitável por ausências superiores a 30 dias, conforme reza o art. 118 da Loman), cabe a cada magistrado, em comum acordo com seu tribunal, programar as atividades da Vara ou Juizado a seu cargo para os períodos em que estará ausente. Em suma, sensatez, criatividade e responsabilidade — dotes constantes na magistratura nacional — bastarão para contornar eventuais situações de maior delicadeza.

Parece urgente que os tribunais, enfim, se organizem frente ao fenômeno que o ministro Gilmar Mendes denominou de “fracasso do sucesso”, ao referir-se aos 45 milhões de processos que tramitam em todas as instâncias da justiça brasileira. Referia-se o ministro à dramática transformação da queixa que se fazia sobre o acesso à justiça no início dos anos 90 e a queixa atual: “As pessoas não iam à Justiça porque não acreditavam. Aí passaram a acreditar e a Justiça não dá respostas por falta de estrutura”, pondera o jurista.³

Quanto à polêmica conversibilidade pecuniária das férias não gozadas, é importante realçar, por tudo quanto já se disse até aqui, que tal hipótese não pode nem deve ser tratada como direito corriqueiro da magistratura nacional. Eventual banalização de tal indenização, pela invariável e geral consideração de situações superficiais ou artificiais de necessidade da continuidade dos serviços jurisdicionais, certamente converteria tal importante prerrogativa — rara entre os agentes do Estado na atualidade (férias anuais de 60 dias) — em

³ Disponível em: <www.cwacipping.com.br/jornal/abril/120408/cp16.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2008.

reles meio de incremento de ganhos da magistratura, driblando as limitações constitucionais trazidas com a introdução da remuneração por subsídios e legitimando o discurso voltado à redução do tempo de gozo para os usuais 30 dias na Loman ora em gestação. Estaríamos diante de um típico desvio de finalidade em caráter continuado.

Não chego ao ponto de concluir pela ilicitude ou, como prefere dizer o ilustre conselheiro José Adonis, pela ilegalidade da conversão pecuniária das férias não gozadas. Fosse ilegal, seria insustentável a possibilidade, incontroversa, de percepção de indenização de férias não fruídas por magistrados aposentados (ainda que paire a dúvida quanto ao número de períodos indenizável, especialmente por precedente recente oriundo do TCU).

Doutra banda os precedentes do Supremo Tribunal Federal não se amoldam confortavelmente ao caso em tela: nos julgados invocados questionava-se a extensão ou criação de benefício inexistente na Loman (auxílio-alimentação, por exemplo); no caso que examinamos neste processo, cogita-se apenas da reparação pecuniária de benefício existente na Loman não desfrutado pelo interessado por óbice imposto pela administração dos tribunais. Portanto, a comparação não soa adequada.

Assim, evoluindo para um posicionamento radicalmente favorável à garantia de gozo das férias, ainda que para além do limite de dois períodos apontado no texto do § 1º do art. 67 da Loman, abandonando minha posição original no sentido da possibilidade da conversão em pecúnia das férias dos magistrados que não fossem fruídas, em âmbito bem mais amplo, acabei por construir novo entendimento que se situa em posto intermediário em relação às posições de apoio e de antagonismo lançadas nos votos que se seguiram à minha manifestação inicial.

Encerrando o raciocínio desenvolvido para se dar resposta às três indagações formuladas, é preciso anotar que seria chegar a um resultado frustrante tentar formular uma regra geral que pudesse abarcar as diferentes situações concretas enfrentadas pelos tribunais todos os dias. Cada situação possui peculiaridades tão relevantes que a feitura de uma regra geral e abstrata pode agasalar situações díspares e incompatíveis. Assim, para evitar tratamentos discriminatórios e medidas contrastantes com a linha institucional de defesa da efetividade da fruição das férias de 60 dias, parte-se para admitir a indenização apenas em caráter excepcionalíssimo onde o magistrado tenha concluído sua trajetória no Judiciário sem poder, por culpa exclusiva de inadiável e infungível necessidade de seus serviços, fruir todas as férias cujo direito haja conquistado.

Assim, respondo às indagações formuladas na presente consulta:

1º. Pela boa-fé dos beneficiários, não estão eles obrigados a restituir o que hajam recebido a título de indenização de férias não gozadas, tendo o pagamento ocorrido no interregno entre a publicação da Resolução nº 25/CNJ e a publicação da Resolução nº 27/CNJ;

2º. Não há direito adquirido à indenização de férias requeridas, mas não ressarcidas, durante a vigência da Resolução nº 25/CNJ, e

3º. Os tribunais devem elaborar e executar plano administrativo de concessão e fruição de férias, por meio de critérios objetivos e equitativos, privilegiando a concessão das férias de períodos mais remotos e, dentre juízes com o mesmo número de férias, a antiguidade na carreira, determinando, nos impasses, as épocas de fruição segundo o interesse da administração, reservando-se a conversão pecuniária das férias para aquelas situações excepcionais de impossibilidade material absoluta de gozo, assim caracterizada quando o magistrado deixe, por qualquer motivo, de integrar o quadro de magistrados ativos de seu tribunal.

3. Conclusão

ISTO POSTO, conheço da consulta para respondê-la negativamente, nos estritos termos da fundamentação acima lançada.

Intime-se o consulente.

Pelo relevo da matéria e pelo caráter vinculante e abrangente da resposta dada, **publique-se** o inteiro teor do Acórdão e **remeta-se** cópia dele a todos os tribunais do país.

É como voto.

Brasília, 26 de agosto de 2008.

Antonio Umberto de Souza Júnior

Conselheiro Relator

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 20071000001131-0
RELATOR: CONSELHEIRO ANTONIO HUMBERTO
REQUERENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO: CONVERSÃO DE FÉRIAS EM PECÚNIA – MAGISTRADOS

Voto-vista

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS – TJDF/DF formula a seguinte consulta, acerca da possibilidade de conversão em pecúnia de férias de magistrados, quando impossível a sua fruição, tendo vista a revogação da Resolução n. 25/2006:

— Magistrados que requereram a conversão de férias à luz da Resolução n. 25/2006/CNJ e perceberam os valores pertinentes estão sujeitos à devolução das quantias?

— Magistrados que requereram a conversão de férias em pecúnia à luz da Resolução n. 25/2006/CNJ e que não perceberam os valores, dada a revogação operada pela Resolução n. 27/2006/CM, fazem jus ao recebimento das referidas quantias?

— Magistrados que não postularam a conversão de férias, mas que possuem, atestadamente, férias não gozadas por necessidade de serviço, fazem jus à conversão, embora não mais prevista na resolução do CNJ?

O voto do eminente relator, Conselheiro Antonio Humberto, responde à consulta nos seguintes termos:

1º Em respeito ao princípio da boa-fé, não se sujeitam a devolução os valores desembolsados, no período de vigência da Resolução nº 25/2006, pelos tribunais a título de indenização de férias não fruídas por magistrados.

2º Nos demais casos, a conversão pecuniária das férias não fruídas por magistrados deverá observar os seguintes requisitos, cumulativamente:

ser efetuada por decisão da Administração que sempre poderá, discricionariamente e com vistas ao melhor modo de atendimento do interesse público, optar entre indenizar ou assegurar, em prazo razoável, o gozo das férias não fruídas tempestivamente;

restar devidamente caracterizado, pelo prudente e objetivo critério da Administração dos tribunais, que a frustração do gozo das férias decor-

reu exclusivamente das necessidades de continuidade dos serviços do Poder Judiciário;
não se referirem as férias a serem indenizadas aos dois últimos períodos de 30 dias acumulados pelo magistrado;
haver disponibilidade financeira e orçamentária.

//

Peço vênia ao conselheiro Antônio Humberto para divergir parcialmente da sua proposta de resposta à consulta.

Entendo que a revogação da Resolução n. 25 deve ser interpretada como mudança de orientação do Conselho quanto ao direito dos magistrados à conversão em pecúnia dos períodos acumulados de férias, por necessidade do serviço.

Sigo aqui a trilha do voto vencido do conselheiro Vantuil Abdala, no Pedido de Providências n. 759/2006, indicado aqui como precedente que reconheceu o direito à pretendida conversão de férias em pecúnia.

O tema de que se cuida, relativo a benefícios da categoria dos magistrados, não se situa meramente no campo da licitude, mas no estrito campo da legalidade. Vale dizer, os benefícios são apenas aqueles expressamente previstos na legislação própria.

Mas não é só.

A admissão da conversão de períodos de férias acumuladas em pecúnia significa, por via indireta, negar a necessidade do benefício na extensão em que é previsto para os magistrados (LC 35/79, art. 66). O reconhecimento da pretensão de conversão em pecúnia fortalece os argumentos que dão suporte aos projetos de lei ora em tramitação no Parlamento, que intentam reduzir as férias dos magistrados.

A Administração do Tribunal há de encontrar oportunidade para que possam os magistrados usufruir das férias a que têm direito. Como bem disse o então conselheiro Vantuil Abdala no seu voto no PP 759/2006, “férias são para serem gozadas, e não para serem indenizadas e, assim, não gozadas”.

Ressalva-se, entretanto, a hipótese do magistrado que se afasta definitivamente, por aposentadoria, considerando o limite da acumulação admitida (LC 35/79, art. 67, § 1º), conforme já reconheceu o TCU (Acórdão 1594/2006 — Plenário).

Em razão do exposto, **voto no sentido de responder negativamente às três indagações formuladas na consulta.**

Brasília, 25 de setembro de 2007.

Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 2007.10.00.001131-0

RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO UMBERTO DE SOUZA JUNIOR

REQUERENTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS – TJDF

REQUERIDO: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Assunto

TJDF – CONVERSÃO EM PECÚNIA FÉRIAS MAGISTRADOS NÃO GOZADAS – ARTIGOS 109/111 – REGIMENTO INTERNO CNJ – RESOLUÇÃO 27/2006/CNJ REVOGOU RESOLUÇÃO 25/2006/CNJ – REQUER – DELIBERAÇÃO CNJ – INDAGAÇÕES – DEVOLUÇÃO QUANTIAS PAGAS RAZÃO RESOLUÇÃO 25/2006/CNJ – MAGISTRADOS FÉRIAS NÃO GOZADAS NECESSIDADE SERVIÇO FAZEM JUS À CONVERSÃO.

Voto-Vista

1. Permitam, neste Voto-vista, levantar questão preliminar.

Na ausência de disposição expressa em nosso Regimento Interno sobre os procedimentos referentes a consultas, vislumbro três possibilidades:

- a. O CNJ não pode conhecer de consultas por falta de previsão legal;
- b. O CNJ é obrigado a conhecer e responder a todas as consultas que receber;
- c. O CNJ pode ou não conhecer de consultas.

2. Respondendo-se (a), mesmo que este não seja a praxe deste Conselho, que costuma receber as consultas, arquiva-se este Pedido de Providências. Data vênua, não seria o caso.

3. Respondendo-se (b), condição em que o CNJ é obrigado a responder a consultas, abre-se nova questão: qual a natureza vinculativa da resposta? A resposta vinculará a quem?

Na Sessão passada esta questão foi amplamente discutida quando do voto do PP 1465. A maioria dos conselheiros se manifestou no sentido de que, se a resposta fosse monocrática, vincularia apenas aos requerentes, no caso o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios. Se fosse proferida pelo Plenário, vincularia a toda a administração da Justiça, exceção feita ao Supremo, sobre o qual não temos competência.

O conselheiro Rui Stoco foi claríssimo: “Eu entendi, desde o início, que a decisão monocrática é interpartes. Ela não gera efeitos em caráter geral. Mas uma consulta respondida pelo Plenário tem caráter geral. Não há dúvida nenhuma”. *Os demais conselheiros acompanharam este entendimento.*

4. A consequência lógica da vinculação da resposta a todos os tribunais, independentemente do caso concreto, é que: a resposta terá caráter geral, será abstrata e vinculante, e exigível. A resposta pode carregar um comando impositivo ou um permissivo. Deve-se diferenciar as situações em que a norma é impositiva de quando ela é permissiva. No voto do ilustre conselheiro Antonio Umberto, tal pagamento das férias em dinheiro NÃO se impõe ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios. Nem a todos. Apenas se lhes permite, se assim o julgar conveniente e dentro de determinadas condições. É uma permissão geral: permite-se a ele e a todos os tribunais brasileiros que se encontrarem, ou que venham a se encontrar, na mesma situação fática prevista na hipótese da resposta, o pagamento de parte das férias em dinheiro.

A resposta torna-se uma resposta-norma vinculante, geral, abstrata e exigível. Fundamentada nas competências deste Conselho, emanada pelo seu Plenário, tal como uma Resolução. Apesar de não ser formalmente uma Resolução, carrega consigo todas as características de norma, de ato regulamentar, nos termos do art. 103-B, § 4º, I da Constituição Federal.

A administração pública não tem a liberdade que tem o privado de *fazer tudo, exceto o que a lei proíbe*. A administração pública tem seus atos vinculados, seus poderes não são meramente um poder, mas um *poder-dever*. Dizer que a administração pode fazer algo é dizer que ela deve fazer esse algo.

5. A consequência pragmática desta posição é que, diante da dúvida levantada pela revogação da Resolução 25, se tal pagamento era legal ou não, o CNJ estará afirmando, através de uma resposta-norma, que esse pagamento é legal.

Ou seja, os tribunais terão doravante diante de si duas opções: ou os juízes gozam as férias, ou se não gozarem e trabalharem podem legalmente receber seu valor em dinheiro. No fundo estaremos *revogando a revogação da Resolução 25*. Diante da ADI 3821, de iniciativa da Procuradoria-Geral da República, o CNJ optou por não estabelecer a legalidade do pagamento. Agora faz valer outra vez o conteúdo revogado.

Uma *revogação da revogação* é agora feita com roupagem processual diferente — *resposta-norma* em vez de outra resolução. Mas cujo conteúdo material é o mesmo. As qualidades e efeitos jurídicos também são as mesmas. Concede-se à *resposta-norma* da consulta uma força normativa e uma exigibilidade sem precedentes e sem previsão legal.

6. Resta, finalmente, diante da preliminar que, contando com a generosa paciência dos colegas, levantei, analisar a terceira possibilidade: (c) o CAIJ *pode ou não conhecer das consultas*.

Na verdade, o CNJ tem dupla missão institucional. Por um lado, aproxima-se de um tribunal administrativo na medida em que suas funções de fiscalização e controle exigem conhecer e julgar do contencioso administrativo que a este Conselho é distribuído. Exemplo desta primeira missão é receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, julgar os processos disciplinares regularmente instaurados (C.F. art. 103-B, § 4º, III) entre outros.

Reparem que o Regimento Interno (art. 19, III) não nos permite conhecer ou não das reclamações. Somos obrigados a as conhecer. Vejam que o Regimento Interno (art. 19, VI) não nos permite julgar ou não os processos disciplinares. Temos que o fazer.

Nestes casos estamos submetidos ao poder-dever de prestar a jurisdição administrativa, ou resolvendo os conflitos, ou ao menos os equacionando, nos dizeres do jusfilósofo Tércio Sampaio Ferraz Junior. Diante desta missão não podemos dizer não. Somos obrigados a conhecer, julgar e dirimir as lides. É direito das partes. Interesse da democracia e da cidadania.

7. Mas, paralelamente à sua atuação como tribunal administrativo, existe outra missão específica (art. 19 RI) do Plenário. Longe, muito longe do processo decisório típico do contencioso de um tribunal que também somos. Somos ainda responsáveis por elaborar semestralmente o Relatório Estatístico, elaborar o Relatório Anual ao Congresso, fazer o planejamento estratégico do Poder Judiciário, estabelecer o Plano de Metas, avaliar o desempenho dos magistrados, por exemplo.

Neste sentido, consultas são muito mais instrumentos de administrar do que julgar. Consultas não se enquadram na função jurisdicional do CNJ. *Data vênia*, desconheço juiz que seja obrigado a conhecer de consultas das partes. Desconheço tribunais que tenham que responder a consultas. Nunca vi um tribunal superior ou o Supremo sendo obrigado a responder consulta das partes ou de futuras partes. Mesmo que em caráter preventivo. Por isso o CNJ não está obrigado a conhecer de consultas, como se fosse um procedimento de direito processual civil, ou como o é em um Procedimento de Controle Administrativo ou uma Representação por Excesso de Prazo.

Reconhecer missões distintas, de competências legais distintas, a requerer instrumentos decisórios diferentes, faz parte do forjar da pluri-identidade do CNJ (Art. 103-B, I a IV).

Sobretudo consultas que terão impacto orçamentário até agora incalculável no sistema judicial. Somente o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo avalia em mais de 180 milhões de reais o montante dos pedidos de pagamento de férias em dinheiro.

Sobretudo consulta relacionada a pagamentos cuja primeira avaliação, segundo o art. 67 da Loman, só deve ocorrer quando da imperiosa necessidade de serviço.

8. Estamos claramente no campo das decisões que buscam planejar, que buscam a eficiência e não o direito das partes em conflito. Tanto é que, e com razão, o ilustre relator Antonio Umberto condiciona qualquer pretensão do magistrado ou do tribunal a haver disponibilidade financeira e orçamentária (voto do relator, p. 4).

Transformar sempre em questões de legalidade o que no fundo é apenas opção administrativa é um risco, *data vênia*, a evitar. O CNJ deve antes julgar a conveniência e a oportunidade de conhecer ou não a consulta. Conhecer de consultas de alto impacto na administração dos tribunais e que tenham um caráter vinculante aos requerentes ou a todos deve ser ato discricionário do CNJ. A serviço de sua missão de planejamento do Poder Judiciário. Aliás, esta discricionariedade já começou a ser esboçada no enunciado que desobriga o CNJ de se pronunciar sobre incidências fiscais e previdenciárias.

Nada também nos obriga à dicotomia de que decisão monocrática vincularia apenas aos requerentes e a decisão pluricrática do Plenário, a todos. Esta é convenção limitadora, por exemplo, na busca da eficiência administrativa. Nada impede que o Plenário reserve para si a decisão de determinar se a *resposta-norma* é vinculativa aos requerentes, a apenas alguns tribunais ou a todos. O Plenário não deve abrir mão dessa característica, se aprisionando em

uma dicotomia. A vinculação deve ter como critério a conveniência e oportunidade de tornar a *resposta-norma* necessária para se atingir os objetivos da administração judicial. Alcançar determinadas metas ou implementar determinado planejamento estratégico.

O Plenário deveria ter a flexibilidade de determinar se a vinculação: a) é específica, para alguns ou para todos; b) mais ainda, se é por tempo limitado ou não; c) se a condicionar a determinadas condições, como metas propostas de comum acordo com os próprios tribunais. Nada determinaria de antemão que decisões monocráticas vinculem as partes, e decisões do Plenário vinculem o sistema.

Esta é uma convenção e não um destino.

Aliás, transformar opções como esta — pagamento de parte das férias em dinheiro, claramente administrativas, onde, *prima facie*, não está em jogo apenas um direito dos magistrados, mas a conveniência do serviço e o direito de usuário à prestação jurisdicional em tempo razoável — em questões de legalidade apenas demonstra a excessiva infiltração da cultura jurídico-formalizante no desafio administrativo-democrático.

10. Quanto à preliminar levantada, encaminho agora minha posição que se aplica a este caso e a todos os outros de consulta.

Não havendo lide a dirimir, não havendo direitos a proteger, mas apenas eficiência administrativa a buscar, o Plenário do CNJ não é obrigado a conhecer todas as consultas que lhe chegam.

Só as conhece se lhe for oportuno e conveniente. É decisão discricionária. Decisão discricionária necessária para a implementação dos princípios do art. 37 da C.F.

É este, em geral, o posicionamento dos tribunais quando, em sede administrativa, são submetidos a consultas que podem, eventualmente, se transformar em litígio. Com o objetivo de não se inserir em matéria que poderá vir a ser objeto de análise, quedam silentes quanto ao mérito.

11. No que diz respeito agora ao mérito, ou seja, a legalidade do pagamento de férias não gozadas, permitam-me antes uma análise sobre a revogação da Resolução 25.

Acredito que a Resolução 25 teria sido revogada por três motivos:

a. primeiro porque permitia o pagamento a magistrados de valores além dos limites taxativos da Loman e, por não ser suficientemente clara, sem nenhum estudo financeiro que lhe sustentasse, teria provocado uma demanda excessiva por pagamento por parte dos magistrados que prefeririam receber parte de seus 60 dias de férias em dinheiro. Entenderam que a Resolução lhes

garantia esse direito. Muitos não utilizaram esta prática. Outros, como São Paulo e Rio de Janeiro, o fazem. Mas a impressão é que a Resolução teria agravado uma demanda pelo pagamento de férias não gozadas. Daí o cuidado, a vital e inovadora condição do parecer do relator: *haver disponibilidade financeira e orçamentária*. Uma tentativa de tornar mais restritas as possibilidades deste pagamento.

12. O segundo mais decisivo foi a ação direta de inconstitucionalidade impetrada pelo digno senhor procurador-geral da República, Antonio Fernando, que se posicionou de forma contrária à Resolução do CNJ que permitiria a conversão. Utilizou-se de 2 argumentos:

i. Seu primeiro argumento é de que o CNJ estaria legislando em matéria sobre a qual não teria competência, *matéria restrita à Lei Federal*. Disse textualmente o procurador geral: “A previsão — adiante-se — foi muito além da prática meramente regulamentar atinente à atividade administrativa (...) ou-sando avançar sobre delineamentos do estatuto dos magistrados”.

ii. Seu segundo argumento foi, porém, mais contundente. Tem como base o princípio de que no estado de direito, para o poder público, tudo que não está permitido está proibido. A Resolução 25 seria inconstitucional. Criaria benefícios que a Loman, sendo taxativa, não permitiria. Qual a disposição legal que permitiria este pagamento? Inexiste. Logo, está proibido. Se o CNJ pretende permitir o pagamento de férias em dinheiro, que envie um projeto de lei neste sentido e o Supremo, se achar conveniente, que o envie ao Congresso. Mas não pode fazer isto nem por resolução, muito menos como se pretende agora, por *resposta-norma* a uma mera consulta e vinculante a todos os tribunais. A regra é não admitir nem mesmo contra o argumento de que isso geraria enriquecimento ilícito da administração. Como disse o conselho Vantuil Abdalla, “férias são para serem gozadas”.

Disse o procurador-geral a este respeito: “A Suprema Corte, em reiterados pronunciamentos, orientou-se na trilha da estreitíssima vazão de vantagens conferidas aos magistrados, atrelando toda e qualquer previsão aos termos do art. 65 da Loman”.

13. Finalmente, acredito que o terceiro motivo pelo qual a Resolução 25 foi revogada é uma das prováveis consequências da denúncia do procurador-geral da República. A jurisprudência do Supremo é absolutamente clara. Não importa o caráter indenizatório ou não da conversão de férias em dinheiro. Não importa a imperiosa necessidade do serviço, se ultrapassar os limites taxativos da Loman. Este argumento não tem fundamentação legal: “(...) A expressão adicionais ou vantagens pecuniárias, objeto da vedação do art. 65,

§ 2º da LC 35/79, deve entender-se como todo e qualquer acréscimo pago ao magistrado, seja de que natureza for, inclusive indenizatória”.

Ou seja, a Resolução que agora se pretende *revogar a revogação* é de alto risco constitucional. Contraria a jurisprudência do Supremo em um cenário no qual inexistem tendências da mudança. Ao contrário, a tendência é a da redução do número de dias de férias.

Estamos correndo o risco de tomar uma decisão com data certa para morrer. Não se trata de *fumus boni juri*. Mas, ao contrário, “*fumus mali juri*”, socorram-me os latinistas.

14. Permitam, por fim, contextualizar no quadro da Reforma do Judiciário, como se encontra a análise da questão.

Recentemente o Senado aprovou Substitutivo do senador Pedro Simon ao Projeto de Lei de interesse da Ordem dos Advogados do Brasil, que pedia o restabelecimento do recesso forense de final de ano.

O Substitutivo do Senado suspende a contagem de prazos, a realização de atos etc., mas não considera os 18 dias entre os dias 20 de dezembro e 6 de janeiro como feriado. Os magistrados que desejarem se ausentar nesses 18 dias deverão se utilizar de suas férias de 60 dias por ano.

De acordo com o Projeto encaminhado pela Câmara, os magistrados estariam dispensados legalmente de prestar serviços por 78 dias no ano. Sessenta de férias e 18 de recesso.

Como os senhores sabem, o direito de 60 dias de férias é um dos pontos de estresse entre o Judiciário, a opinião pública e os demais trabalhadores brasileiros. Este estresse aparece no voto do conselheiro Antonio Humberto quando diz que “há o risco de se legitimar o discurso voltado à redução de tempo de gozo para os usuais 30 dias da Loman ora em gestação”.

O mesmo estresse foi apontado pelo Conselheiro Adonis quando expressamente diz “O reconhecimento da pretensão de conversão em pecúnia fortalece os argumentos que dão suporte aos projetos de lei ora em tramitação no Parlamento que intentam reduzir as férias dos magistrados”.

Aliás, e já definitivamente abuso da paciência dos senhores, não se trata, a esta altura, dos acontecimentos de estresse de distante risco, mero discurso ou pura teoria. Levantamento realizado mostra que em nenhum dos países pesquisados — Argentina, Espanha, Grécia, República Tcheca, Itália, Alemanha, Finlândia, Holanda e USA (Califórnia) — magistrados gozam de 60 dias de férias por ano. O Brasil provavelmente está fora do padrão dos países desenvolvidos.

Mais ainda, em 2006, Portugal reduziu legalmente as férias dos magistrados de 60 dias para 30 dias. Estudos feitos pelo Gabinete de Política Legisla-

tiva e Planejamento, do Ministério da Justiça, mostram que a redução das férias que consideraram excessivas implicaria em um ganho de produtividade judicial na ordem de 9,6%. Um ganho substancial para o Judiciário luso. Qual seria o ganho para o nosso Poder Judiciário?

15. Nada garante, porém, que a *resposta-norma* deixará de ser atacada em sua legalidade junto ao Supremo por conta de sua natureza jurídica, que, conforme já expus detidamente, é clara.

Nada assegura que o Supremo caminhe para permitir 78 dias de não prestação jurisdicional por parte do Poder Judiciário.

Nada indica, tendência nenhuma se identifica, que o Supremo mude de posição sobre a relevância ou não do caráter eventualmente indenizatório do pagamento das férias.

Mais ainda, não estamos mais diante de projetos que se arrastam pelo Congresso. Por iniciativa do Supremo, há a nova Loman. No Senado Federal, há o projeto do senador Eduardo Suplicy que visa a reduzir de dois para um mês as férias dos magistrados. Ainda no Senado, já aprovado, o substitutivo do senador Pedro Simon acerca da continuidade da prestação jurisdicional e a impossibilidade de recesso de final de ano.

Não é prudente, portanto, neste momento, que o CNJ assuma tamanha modificação da sistemática das férias dos magistrados através de uma resposta a uma consulta.

Em resumo:

1. Conheço parcialmente a consulta por considerar que existe um interesse sistêmico, oportuno e conveniente, e acompanho o voto do conselheiro Antonio Umberto no que diz respeito ao item 1º de sua conclusão que transcrevo: “Em respeito ao princípio da boa-fé, não se sujeitam a devolução os valores desembolsados, no período de vigência da Resolução nº 25/2006, pelos tribunais a título de indenização de férias não fruídas por magistrados”.

2. Não conheço da dúvida quanto aos demais casos, por julgar por um lado que inexistem direitos a proteger, e por outro que não convém administrativamente uma decisão geral e vinculante do CNJ neste momento de mudança legislativa iminente.

3. Quanto ao mérito, esposo os argumentos da petição da Procuradoria-Geral da República na ADI 3821 e acompanho a divergência iniciada pelo conselheiro Adonis.

Brasília, 5 de novembro de 2007.

Conselheiro Joaquim Falcão